

Apoio ao salário-desemprego

198

por Pedro Cafardo
de São Paulo

Os debates verificados no painel sobre a questão social mostraram uma flagrante unanimidade em torno da proposta de criação de um fundo para um programa de auxílio-desemprego no País. O professor Cláudio Salm, da Unicamp, estimou que seriam necessários cerca de Cr\$ 2,5 trilhões para sustentar a massa de 5 milhões de desempregados em 1984.

O número calculado pelo professor Salm coincide com o apresentado esta semana pelos principais economistas do PMDB, em sua proposta de medidas de emergência para atenuar o impacto da crise econômica sobre a população assalariada. Segundo os economistas do PMDB, esses recursos para o fundo-desemprego poderiam ser tranquilamente obtidos se o governo cancelasse ou transferisse parte do pagamento da dívida interna no próximo ano, que deveria exigir transferências entre Cr\$ 5 e 6 trilhões do orçamento fiscal para o orçamento monetário.

A proposta dos economistas do PMDB, entretanto, foi bastante criticada nos últimos dias, sob o argumento de que ela representaria uma espécie de moratória interna que levaria ao descrito o setor público. "É isso mesmo", disse o professor João Manuel Cardoso de Mello, da Unicamp. Trata-

se, segundo Cardoso de Mello, de uma opção "entre privilegiar meia dúzia de especuladores ou livrar da fome milhares de brasileiros".

Além da questão da falta de recursos, sempre que se propõe salário-desemprego no Brasil, argumenta-se, a instituição desse benefício poderia estimular um grande número de pessoas que percebem menos de um salário mínimo a não procurar trabalho. Ou seja, o benefício que receberiam como desempregados, por menos que fosse, tenderia sempre a ser melhor ou igual ao que perceberiam se empregados.

Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNDA), divulgados ontem no Rio de Janeiro pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (FIBGE), indicam que 40,8% da população economicamente ativa do País (ver página 3 desta edição) percebia no ano passado até um salário mínimo.

Pensando nesse problema, o professor Luiz Aranha Correia do Lago, da FGV — Rio propôs uma fórmula de pagamento de auxílios decrescentes que estimulariam o desempregado a procurar uma nova colocação. Os desempregados receberiam uma fração do último salário percebido quando em atividade. O auxílio teria, no máximo, um período de duração de seis meses, com o valor decrescentemente ajustado mês a mês.